

Escola de Administração Fazendária

CONCURSO PÚBLICO PARA  
AUDITOR-FISCAL DA RECEITA  
FEDERAL - AFRF-2000

PROVA A.2 –Gabarito 1 - APLICADA EM 14/01/01 (DOMINGO - TARDE)

GABARITO (antes dos recursos)

GABARITO 1		GABARITO 2		GABARITO 3		GABARITO 4	
01 - D	31 - E	01 - C	31 - D	01 - B	31 - D	01 - E	31 - B
02 - D	32 - E	02 - D	32 - E	02 - E	32 - C	02 - A	32 - C
03 - B	33 - A	03 - C	33 - B	03 - A	33 - D	03 - D	33 - B
04 - E	34 - D	04 - A	34 - E	04 - C	34 - C	04 - A	34 - E
05 - C	35 - B	05 - E	35 - C	05 - D	35 - A	05 - D	35 - D
06 - A	36 - C	06 - D	36 - A	06 - B	36 - B	06 - C	36 - A
07 - D	37 - D	07 - A	37 - C	07 - C	37 - D	07 - E	37 - E
08 - A	38 - C	08 - D	38 - D	08 - E	38 - B	08 - A	38 - C
09 - E	39 - B	09 - B	39 - B	09 - A	39 - D	09 - E	39 - B
10 - D	40 - A	10 - E	40 - E	10 - E	40 - C	10 - A	40 - D
11 - C	41 - A	11 - B	41 - A	11 - C	41 - B	11 - B	41 - D
12 - B	42 - D	12 - B	42 - A	12 - D	42 - C	12 - C	42 - E
13 - C	43 - E	13 - C	43 - D	13 - A	43 - B	13 - D	43 - A
14 - B	44 - B	14 - A	44 - B	14 - D	44 - E	14 - B	44 - B
15 - E	45 - C	15 - D	45 - E	15 - B	45 - D	15 - D	45 - A
16 - A	46 - A	16 - E	46 - C	16 - E	46 - C	16 - A	46 - E
17 - C	47 - B	17 - A	47 - A	17 - B	47 - E	17 - C	47 - B
18 - A	48 - D	18 - E	48 - C	18 - C	48 - C	18 - E	48 - D
19 - C	49 - E	19 - D	49 - B	19 - A	49 - A	19 - B	49 - C
20 - B	50 - D	20 - C	50 - A	20 - D	50 - D	20 - B	50 - C
21 - A	51 - B	21 - C	51 - E	21 - E	51 - A	21 - A	51 - A
22 - B	52 - C	22 - A	52 - D	22 - E	52 - A	22 - C	52 - C
23 - A	53 - E	23 - B	53 - E	23 - C	53 - B	23 - E	53 - E
24 - D	54 - C	24 - D	54 - D	24 - A	54 - E	24 - D	54 - B
25 - C	55 - A	25 - E	55 - B	25 - D	55 - C	25 - B	55 - E
26 - B	56 - D	26 - C	56 - C	26 - B	56 - D	26 - D	56 - A
27 - D	57 - A	27 - D	57 - E	27 - E	57 - E	27 - A	57 - B
28 - B	58 - B	28 - A	58 - C	28 - B	58 - D	28 - C	58 - D
29 - E	59 - E	29 - B	59 - E	29 - A	59 - C	29 - A	59 - E
30 - C	60 - C	30 - A	60 - D	30 - E	60 - B	30 - E	60 - D

Escola de Administração Fazendária

CONCURSO PÚBLICO PARA  
AUDITOR-FISCAL DA RECEITA  
FEDERAL - AFRF-2000

PROVA A.2 – VERSÃO 1 - Gabarito 1 - APLICADA EM 14/01/01 (DOMINGO TARDE)

DIREITO CONSTITUCIONAL

01- A respeito das CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito), como reguladas na Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) São órgãos do Congresso Nacional encarregados de legislar sobre irregularidades da Administração Pública.
- b) São criadas, no âmbito do Congresso Nacional, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, para a apuração de fato determinado e por tempo certo.
- c) São órgãos permanentes do Congresso Nacional dotados de todos os poderes das autoridades judiciárias.
- d) Trata-se de instrumento de imposição de penalidades pelo Legislativo.
- e) São órgãos do Legislativo, auxiliares do Ministério Público, criados com a finalidade de realizar investigações policiais sobre crimes de relevância política.

02- Um agente público do Poder Executivo se dirige a certa empresa para multá-la pelo descumprimento de uma dada lei federal. Na firma, porém, recebe prova do gerente do estabelecimento de que, nas vésperas, transitou em julgado decisão de mérito do Supremo Tribunal Federal, dando por improcedente ação declaratória de constitucionalidade, que tinha por objeto a mesma lei que o agente pretende executar. Como deve agir o agente?

- a) Deve aplicar a multa porque a decisão do STF somente se aplica a processos judiciais, não tendo influência sobre processos administrativos.
- b) Deve aplicar a multa se a empresa não tiver sido parte na ação declaratória de constitucionalidade.
- c) Deve aplicar a multa, porque o fato de a ação declaratória de constitucionalidade ter sido julgada improcedente no seu mérito não equivale a um juízo de inconstitucionalidade do diploma.
- d) Deve abster-se de aplicar a multa, uma vez que a decisão do STF tem eficácia vinculante para o Poder Executivo.

e) Deve aplicar a multa, porque o princípio da legalidade obriga o agente público a cumprir a lei, independentemente da sua constitucionalidade.

03- A respeito do federalismo entre nós, é correto afirmar:

- a) Em relação aos chamados princípios constitucionais sensíveis, as unidades federadas gozam de auto-determinação plena.
- b) A interpretação de uma lei estadual pelo Tribunal de Justiça do Estado não pode ser revista por tribunal superior, a não ser em caso de inconstitucionalidade em face da Constituição Federal.
- c) Uma vez que a fórmula federal expressa uma opção constitucional, somente por emenda à Constituição é possível transformar a federação brasileira num Estado unitário.
- d) A Constituição brasileira, perfilando um típico federalismo de equilíbrio, não tolera hipótese de intervenção da União sobre Estado-membro ou sobre Município.
- e) Os Estados-membros participam da formação da vontade federal, por meio de representação paritária na Câmara dos Deputados.

04- De uma Constituição que adota uma chefia dual do Executivo, com um Chefe de Estado e um Chefe de Governo, em que a permanência deste no cargo depende da confiança do Poder Legislativo, pode-se dizer que adota característica típica do:

- a) Bicameralismo
- b) Estado unitário
- c) Federalismo de equilíbrio
- d) Presidencialismo
- e) Parlamentarismo

05- Assinale a opção correta.

- a) As normas da Constituição de 1988 dispostas no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias são insuscetíveis de ser revogadas ou emendadas.

- b) As normas do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 não se definem como normas formalmente constitucionais.
- c) Uma norma constitucional, fruto do poder constituinte originário, não pode ser declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, mesmo que não esteja de acordo com algum princípio fundamental, inspirador da Constituição, como o da isonomia e o da democracia.
- d) É inconstitucional toda reapresentação de proposta de emenda à Constituição rejeitada pelo Congresso Nacional.
- e) A lei ordinária anterior à nova Constituição, que com esta é materialmente incompatível, continua em vigor até que seja revogada por outra lei do mesmo *status* hierárquico.
- 06- A respeito das normas constitucionais é correto dizer:
- a) Todas as normas estabelecidas pelo poder constituinte originário no texto constitucional são formalmente constitucionais e se equivalem em nível hierárquico.
- b) As normas que prevêm direitos fundamentais de abstenção do Estado são, em sua maioria, normas não auto-aplicáveis, dependendo de desenvolvimento legislativo para produzirem todos os seus efeitos.
- c) As normas programáticas são, na sua maioria, normas auto-aplicáveis.
- d) Normas constitucionais não auto-aplicáveis somente se tornam normas jurídicas depois de reguladas por lei, uma vez que, antes disso, não são capazes de produzir efeito jurídico.
- e) Numa Constituição classificada como dirigente, não se encontram normas programáticas.
- 07- Se, num mandado de injunção, o Supremo Tribunal Federal entende que há demora injustificada para a regulação legislativa, pelo Congresso Nacional, de um direito previsto na Constituição Federal, a sua decisão deverá
- a) declarar a mora do legislador e editar a norma abstrata faltante, que valerá para o impetrante e para todas as demais pessoas, qualquer que seja a matéria envolvida, havendo, ou não, aumento de despesas públicas.
- b) declarar a mora do legislador e editar a norma abstrata faltante, que deverá valer apenas para o impetrante do mandado de injunção.
- c) declarar a mora do legislador e editar a norma abstrata faltante, que valerá para o impetrante e para todas as demais pessoas, desde que não implique aumento dos gastos públicos.
- d) declarar a mora do legislador, compelindo-o a editar a norma necessária.
- e) julgar, de qualquer modo, improcedente a ação, pois o próprio processo do mandado de injunção ainda não foi regulado por lei.
- 08- Sabe-se que a Constituição em vigor não prevê a figura do Decreto-Lei. Sobre um Decreto-Lei, editado antes da Constituição em vigor, cujo conteúdo é compatível com esta, é possível afirmar:
- a) Continua a produzir efeitos na vigência da nova Carta, por força do mecanismo da recepção.
- b) Deve ser considerado formalmente inconstitucional e, por isso, insuscetível de produzir efeitos, pelo menos a partir da Constituição de 1988.
- c) Deve ser considerado revogado com o advento da nova Constituição.
- d) Deve ser considerado repristinado, podendo produzir efeitos parciais.
- e) Passa a valer como decreto autônomo, perdendo a sua eficácia com relação às matérias submetidas ao princípio da legalidade.
- 09- A respeito do controle abstrato de constitucionalidade de atos normativos é correto afirmar:
- a) Os Tribunais de Justiça dos Estados têm legitimidade para declarar, por meio do controle abstrato, a nulidade de leis e atos normativos estaduais e municipais, por afronta à Constituição Federal.
- b) A declaração de inconstitucionalidade de uma lei federal pelo STF, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, somente produz efeitos para todos depois de suspensa a execução do diploma legal pelo Senado Federal.
- c) Como regra geral, declarada a nulidade de uma lei numa ação direta de inconstitucionalidade, o diploma deixa de produzir efeitos a partir da data do julgamento da ação.
- d) No exame de constitucionalidade de uma lei, não é dado ao Supremo Tribunal Federal formular juízo sobre a razoabilidade do diploma.

- e) A decisão de mérito do Supremo Tribunal Federal julgando improcedente uma ação direta de inconstitucionalidade equivale a declarar constitucional o ato impugnado.

10- Assinale a opção correta.

- a) Decretos legislativos são atos regulamentares, editados pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, para facilitar a execução das leis no âmbito da estrutura interna do Congresso Nacional.
- b) Lei ordinária é superior hierarquicamente à medida provisória.
- c) A Constituição permite a edição de lei delegada pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, em matérias pertinentes à estrutura do Poder Judiciário.
- d) Não há diferença hierárquica entre lei complementar e lei ordinária.
- e) Toda matéria de lei ordinária pode ser objeto de lei delegada.

11- A respeito das medidas provisórias, é correto afirmar:

- a) Podem definir crimes e fixar penas.
- b) Podem dispor sobre assunto de lei complementar.
- c) Podem dispor sobre aumento de tributos.
- d) Por não serem leis, não estão sujeitas ao controle de constitucionalidade abstrato no Supremo Tribunal Federal.
- e) Nada obsta a que sejam reeditadas logo em seguida à sua rejeição pelo Congresso Nacional.

12- Sobre os princípios fundamentais da Constituição de 1988, assinale a opção correta.

- a) A Constituição adotou um modelo de democracia representativa em que toda a participação possível do povo na vida política do Estado se realiza por meio do voto direto, secreto, universal e periódico.
- b) O princípio da soberania não é obstáculo a que norma de direito internacional obrigue o Brasil a respeitar direitos humanos, em seu território e em relação a seus nacionais.
- c) A criação de uma Federação dos Estados sul-americanos constitui objetivo fundamental a ser necessariamente buscado pelos poderes constituídos no Brasil.

- d) Ao aceitar expressamente o princípio da autodeterminação dos povos, o constituinte admite que um Estado da Federação brasileira possa dela se separar, desde que a população local assim o decida democraticamente.

- e) O princípio da defesa da paz, que rege as relações internacionais do Brasil, torna inconstitucional a participação oficial do país em missões de natureza militar promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

13- Com relação à repartição de competências entre as entidades federadas no Brasil, é correto afirmar:

- a) A União não pode autorizar que os Estados-membros legislem sobre questões relacionadas com as matérias inseridas no rol das competências legislativas privativas da União.
- b) Compete a cada Estado-membro editar a lei orgânica dos Municípios situados no seu âmbito territorial.
- c) No âmbito da competência legislativa concorrente, cabe aos Estados-membros e também aos Municípios suplementar a legislação federal, no que couber.
- d) No âmbito da competência legislativa concorrente, sempre que houver conflito entre uma lei federal e uma lei estadual, aquela deverá prevalecer, pois as leis federais são hierarquicamente superiores às leis estaduais.
- e) As competências legislativas dos Estados-membros estão todas enumeradas de modo taxativo no texto constitucional.

14- Assinale a opção correta sobre direitos individuais e coletivos.

- a) Segundo o princípio da legalidade, tanto os poderes públicos como os particulares somente podem fazer o que a lei os autoriza.
- b) Não se exige prévia autorização de autoridade administrativa para o exercício do direito de reunião pacífica e sem armas, em local aberto ao público.
- c) É irregular o exercício de profissão ou ofício enquanto não forem regulamentados por lei.
- d) Para cumprir um mandado judicial, o agente público pode entrar em casa de terceiro, sem o consentimento do morador, a qualquer hora do dia ou da noite.
- e) O uso da propriedade particular por autoridade competente, em caso de iminente perigo público, deve ser precedido de indenização ao proprietário.

- 15- A Constituição dispõe que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Assinale a opção que expressa como é conhecido o princípio que corresponde a esse preceito.
- princípio do devido processo legal
  - princípio da segurança jurídica
  - princípio da legalidade
  - princípio do contraditório
  - princípio do acesso à Justiça
- 16- Suponha que um indivíduo, suspeito de sonegar impostos, esteja sendo investigado pela Receita Federal. A esse respeito, assinale a opção correta, à vista do que dispõe a Constituição Federal.
- Durante o processo administrativo, antes da imposição de punição ao indivíduo, este deverá ser ouvido e as razões que fornecer deverão ser ponderadas pela autoridade, mesmo que a Administração já disponha de fortes evidências do ilícito.
  - A pedido da autoridade fazendária, o Ministério Público pode determinar a interceptação das ligações telefônicas do suspeito, desde que haja indícios fortes da prática do delito.
  - A autoridade fazendária pode determinar a quebra do sigilo bancário e das comunicações telefônicas do investigado, se isso for necessário para a apuração do ilícito.
  - A autoridade fazendária pode determinar a realização de busca e apreensão de documentos no domicílio ou no local de trabalho do suspeito, com o propósito de colher provas do delito.
  - A autoridade fazendária pode-se valer de provas obtidas ilicitamente para impor sanções de ordem administrativas ao contribuinte, uma vez que a proibição constitucional de uso de provas ilícitas diz respeito apenas ao processo civil e ao penal, mas não ao processo administrativo.
- 17- A respeito dos direitos fundamentais relacionados com a prisão, assinale a opção correta.
- Somente se admite a prisão por dívida no direito brasileiro, em se tratando de inadimplemento de obrigação alimentícia.
  - Ao descobrir que um depoente cometeu crime no passado, uma Comissão Parlamentar de Inquérito pode decretar a sua prisão imediatamente.
  - O preso não está obrigado a responder perguntas feitas pela autoridade policial e pela autoridade judiciária.
  - Ninguém pode ser preso até ser considerado culpado em sentença transitada em julgado.
  - É cabível o instrumento do *habeas data* para impugnar prisão tida como ilegal.
- 18- Assinale a opção que não contém matéria estabelecida pela Constituição como cláusula pétrea.
- processo legislativo
  - voto direto, secreto, universal e periódico
  - forma federativa do Estado
  - separação dos poderes
  - direitos e garantias individuais
- 19- Assinale a opção correta.
- A Constituição prevê expressamente a possibilidade de ser emendada por proposta de um determinado número de cidadãos (iniciativa popular).
  - Somente em caso de urgência e relevância, é possível emendar a Constituição durante a vigência de intervenção federal.
  - Não cabe sanção ou veto do Presidente da República em proposta de Emenda à Constituição.
  - Emenda à Constituição não é suscetível de controle abstrato de normas perante o Supremo Tribunal Federal.
  - O Presidente da República tem iniciativa reservada para a proposta de emenda à Constituição sobre matéria relacionada a direitos e deveres de servidores públicos.
- 20- Sobre a sanção ou veto do Presidente da República no âmbito do processo legislativo, é correto dizer:
- Vetado um dispositivo de lei pelo Presidente da República, a lei somente entrará em vigor, mesmo nas partes não vetadas, depois de analisado o veto pelo Congresso Nacional.
  - Diz-se que houve veto parcial quando um projeto de lei teve o texto integral de um dos seus artigos vetado pelo Presidente da República.
  - O silêncio do Presidente da República no prazo constitucional para a sanção ou veto importa veto tácito ao projeto de lei.
  - Os projetos de lei de iniciativa popular, aprovados pelo Congresso Nacional, não se submetem à sanção presidencial.

- e) Se o veto não for apreciado pelo Congresso Nacional dentro de 30 dias da sua comunicação ao Presidente do Senado Federal, o veto torna-se, tacitamente, definitivo.

## CONTABILIDADE GERAL

21- Classificam-se como Reservas de Capital as Reservas

- de Prêmios pela Emissão de Debêntures
- de Doações e Subvenções, quando recebidas em entidades privadas
- de Reavaliação de Bens do Ativo Imobilizado
- Estatuárias, destinadas a Investimentos
- por Ajuste de Investimentos em Sociedades-Controladas

22- A firma Duplilitus opera com vendas a prazo alternando a cobrança em carteira e em bancos, mediante desconto de duplicatas. Em primeiro de abril mantinha as duplicatas de sua emissão n<sup>os</sup> 03, 05 e 08 em carteira de cobrança e as de n<sup>os</sup> 04, 06 e 07, descontadas no banco. Cada uma dessas letras tinha valor de face de R\$ 60,00, exceto a n<sup>o</sup> 07, cujo valor era R\$ 70,00.

Durante o mês de abril ocorreram os seguintes fatos:

- vendas a prazo com emissão das duplicatas n<sup>os</sup> 09, 10 e 11 (3x50): R\$ 150,00
- vendas a vista mediante notas fiscais: R\$ 200,00
- desconto bancário das duplicatas n<sup>os</sup> 09 e 10; R\$ 100,00
- recebimento em carteira das duplicatas n<sup>os</sup> 03 e 05; R\$ 120,00
- devolução pelo banco da duplicata n<sup>o</sup> 04, sem cobrar; R\$ 60,00
- recebimento pelo banco da duplicata n<sup>o</sup> 07. R\$ 70,00

Com essas informações podemos concluir que, após a contabilização, o saldo final das contas Duplicatas a Receber e Duplicatas Descontadas será, respectivamente, de:

- R\$ 160,00 e R\$ 330,00
- R\$ 330,00 e R\$ 160,00
- R\$ 140,00 e R\$ 160,00
- R\$ 200,00 e R\$ 220,00
- R\$ 330,00 e R\$ 220,00

23- Considere os seguintes dados:

ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
Mercadorias	50	Impostos a Pagar	80
Duplicatas a Receber	70	Salários a Pagar	120
Caixa	10	Fornecedores	240
Bancos	30	Empréstimos bancários	180
Outras contas	60		
Matérias-Primas	60		
Máquinas	120		

A apresentação acima, de acordo com as disposições da Lei n<sup>o</sup> 6.404/76, incorre em algumas impropriedades. Elas são em número de:

- 3
- 1
- 2
- 5
- 4

24- A Comercial Estrela D'alva praticou as seguintes transações mercantis:

- em 02.11: compras a prazo de 300 unidades pelo preço total de R\$ 600,00;
- em 10.11: vendas a prazo de 200 unidades pelo preço total de R\$ 500,00;
- em 15.11: compras a vista de 160 unidades pelo preço total de R\$ 400,00;
- em 30.11: vendas a vista de 150 unidades pelo preço total de R\$ 450,00.

Considerando-se que em 31.10 a empresa já possuía 200 unidades ao custo unitário de R\$ 1,50, podemos afirmar que:

- se o critério de avaliação dos estoques for PEPS, o custo das vendas terá o valor de R\$ 775,00
- se o critério de avaliação dos estoques for PEPS, o estoque final terá o valor de R\$ 525,00
- se o critério de avaliação dos estoques for UEPS, o custo das vendas terá o valor de R\$ 600,00
- se o critério de avaliação dos estoques for UEPS, o estoque final terá o valor de R\$ 525,00
- se o critério de avaliação dos estoques for PEPS, o lucro bruto terá o valor de R\$ 175,00

25- Indique a opção correta.

- a) Os financiamentos para aquisição de bens do ativo permanente, vencíveis após o término do exercício social seguinte, são classificados no Ativo Realizável a Longo Prazo.
- b) Os empréstimos recebidos de sociedades coligadas ou controladas, vencíveis no curso do exercício social seguinte, serão classificados no Ativo Circulante.
- c) Os empréstimos recebidos de sociedades coligadas ou controladas, vencíveis após o término do exercício social seguinte, serão classificados no Passivo Exigível a Longo Prazo.
- d) Os financiamentos para aquisição de bens do Ativo Permanente, vencíveis após o término do exercício social seguinte, serão classificados no Passivo Circulante.
- e) Os empréstimos recebidos de sociedades coligadas ou controladas, vencíveis no curso do exercício social seguinte, serão classificados no Ativo Realizável a Longo Prazo.

Feitas as atualizações contabilmente necessárias, o balanço patrimonial apresentará um Ativo Circulante no valor de:

- a) R\$ 1.150,00  
 b) R\$ 1.300,00  
 c) R\$ 1.320,00  
 d) R\$ 1.410,00  
 e) R\$ 1.370,00

- 27- Um bem depreciable, com vida útil de 20 anos, foi comprado por Nossa Firma em 01-04-20X1, mas só foi instalado para uso em primeiro de julho. O valor total da aquisição foi R\$ 20.000,00 e deverá ser depreciado com um valor residual de 10%, em contabilização anual.

Se a empresa adotar o método de depreciação conhecido como método linear, no balanço patrimonial de 20X3, este bem já terá sido depreciado em

- a) 15,00%  
 b) 22,50%  
 c) 13,75%  
 d) 12,50%  
 e) 23,75%

- 26- A empresa Sol S.A. apresentou valores correntes ou circulantes, com os seguintes saldos:

Caixa	40,00
Bancos c/Movimento	100,00
Valores Mobiliários	200,00
Mercadorias	600,00
Materiais de Consumo	120,00
Duplicatas a Pagar	800,00
Duplicatas Descontadas	300,00
Duplicatas a Receber	500,00

No encerramento do exercício, para promover os ajustes necessários ao Balanço, o Contador apurou que:

1 - o extrato bancário indicava um cheque de R\$ 20,00 emitido mas ainda não sacado pelo portador;

2 - os valores mobiliários são mil ações da CSN, avaliadas a vinte e cinco centavos de real, no dia do balanço;

3 - ainda faltam contabilizar R\$ 40,00 de receitas antecipadas e R\$ 150,00 de despesas antecipadas.

- 28- A aquisição, a vista, de um computador para o setor de vendas

- a) altera, para maior, o quociente de liquidez seca  
 b) reduz o quociente de liquidez imediata  
 c) não altera o quociente de liquidez geral  
 d) não altera o quociente de liquidez imediata  
 e) não altera o quociente de liquidez seca

- 29- A empresa Lua S.A. apresentou valores não circulantes ou permanentes, com os seguintes saldos:

Contas:	Saldos
Ações de Coligadas	R\$ 2.000,00
Ações de Controladas	R\$ 5.000,00
Ações em Outras Cias.	R\$ 1.000,00
Gastos Pré-operacionais	R\$ 200,00
Marcas e Patentes	R\$ 400,00

Móveis e Utensílios	R\$
	800,00
Provisão para Perdas em Investimentos	R\$
	100,00
Veículos	R\$
	1.200,00

## Observações:

- não há contabilização de correção monetária
- não houve nenhuma movimentação no saldo das contas
- apenas a participação em controladas é avaliada por equivalência patrimonial
- as participações acionárias são:
  - PA de 40% em controladas;
  - PA de 20% em coligadas; e
  - PA de 10% em outras companhias.
- as controladas apuraram lucro líquido de R\$ 1.000,00 e distribuíram dividendos de R\$ 200,00;
- as coligadas apuraram lucro líquido de R\$ 1.000,00 e distribuíram dividendos de R\$ 200,00.

Contabilizando-se os ajustes necessários ao balanço, no fim do exercício, vamos encontrar essa empresa com um Ativo Permanente no valor de

- a) R\$ 10.860,00
- b) R\$ 10.980,00
- c) R\$ 10.620,00
- d) R\$ 10.900,00
- e) R\$ 10.820,00

30- Na conversão de debêntures em ações, as parcelas que ultrapassem o valor nominal da ação deverão ser registradas como

- a) reserva de lucros que poderão amortizar prejuízos futuros ou ser distribuídas aos sócios no exercício social em que não forem apurados lucros
- b) reserva de lucros que poderá ser distribuída aos sócios, no próprio exercício
- c) reservas de capital
- d) reserva de lucros destinada, obrigatoriamente, a amortizar prejuízos
- e) receitas não-operacionais do exercício

31- José Henrique resolveu medir contabilmente um dia de sua vida começando do "nada" patrimonial.

De manhã cedo nada tinha. Vestiu o traje novo (calça, camisa, sapatos, etc.), comprado por R\$ 105,00, mas que sua mãe lhe deu de presente. Em seguida tomou R\$ 30,00 emprestados de seu pai, comprou o jornal por

R\$ 1,20, tomou o ônibus pagando R\$ 1,80 de passagem. Chegando ao CONIC, comprou fiado, por R\$ 50,00, várias caixas de bombons e chicletes e passou a vendê-los no calçadão. No fim do dia, cansado, tomou uma refeição de R\$ 12,00, mas só pagou R\$ 10,00, conseguindo um desconto de R\$ 2,00. Contou o dinheiro e viu que vendera metade dos bombons e chicletes por R\$ 40,00.

Com base nessas informações, podemos ver que, no fim do dia, José Henrique possui um "capital próprio" no valor de:

- a) R\$ 120,00
- b) R\$ 189,00
- c) R\$ 2,00
- d) R\$ 187,00
- e) R\$ 107,00

32- Indique a opção correta, levando em conta os seguintes dados:

Capital	200
Reserva Legal	30
Reservas de Capital	25
Resultado antes do imposto de renda	400
Participações	20
Provisão para imposto de renda	80

O valor a ser destacado para constituição da Reserva Legal

- a) deverá ser de 15
- b) deve ser de 5
- c) pode ser de 15
- d) deve ser de 20
- e) pode ser de 5

33- Os dados abaixo foram extraídos de um balancete:

Compras	100
Custo de bens do ativo imobilizado vendidos	10
Despesas Comerciais	50
Despesas Gerais	110
ICMS sobre Vendas	80
Mercadorias	100
Receita de Venda de Bens do Ativo Imobilizado	20
Vendas	400

- o estoque final de Mercadorias é de 50;
- desconsidere impostos sobre compra.

O lucro operacional é de:

- a) 10
- b) 90
- c) (40)
- d) 100
- e) 170

34- A empresa Lua Luar S.A., em 31.12.X1, mandou distribuir todo o lucro líquido do exercício, na forma seguinte:

- R\$ 200,00 para imposto de renda;
- R\$ 60,00 para dividendos;
- R\$ 50,00 para reservas estatutárias;
- R\$ 30,00 para participação de debenturistas;
- R\$ 40,00 para reserva legal; e
- R\$ 180,00 para lucros acumulados.

Considerando-se que essa empresa tinha R\$20,00 de prejuízos anteriores, e que a destinação do lucro foi corretamente contabilizada, podemos afirmar que:

- a) o valor das participações estatutárias é R\$80,00
- b) o lucro líquido do exercício, depois do imposto de renda, era de R\$ 190,00
- c) o saldo atual da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados é de R\$ 160,00
- d) o lucro líquido do exercício, antes da distribuição, era de R\$ 410,00
- e) em decorrência do prejuízo anterior, o imposto de renda será de R\$ 180,00

Histórico	Quantidades	Valor total
Estoque inicial	120	1.200
Compras	400	5.040
Estoque final	20	240

O Resultado Operacional é de 2.000.

Desconsidere impostos incidentes sobre compras e vendas.

35- Assinale a opção correta, levando em conta os dados acima.

- a) a Receita Bruta de Vendas é de 8.240
- b) o custo unitário das compras é de 12,60
- c) a Receita Líquida de Vendas é de 8.240
- d) o Custo de Mercadorias Vendidas é de 6.240
- e) o custo unitário das compras é de 12,00

36- Em 31 de dezembro o nosso Contador havia montado um rascunho da DOAR

(Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos) com a seguinte estrutura:

I - Origens	1.800,0
	0
II - Aplicações	2.600,0
	0
III - Redução de CCL	800,00

quando descobriu que o lucro líquido do exercício ainda não fora computado nessa demonstração. Referido lucro foi assim formado e distribuído:

Resultado do Exercício:

Receitas totais do período	6.000,00
Despesas do período (sem as depreciações)	(3.500,00)
Encargos de depreciação do período	(400,00)
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda	2.100,00
Provisão para o Imposto de Renda	(300,00)
Lucro Líquido do Exercício	1.800,00

Lucros ou Prejuízos

Acumulados:

Saldo inicial	0,00
Lucro Líquido do Exercício	1.800,00
Dividendos Propostos	(150,00)
Saldo atual	1.650,00

Após o cômputo do resultado do exercício acima demonstrado, naquilo que couber, a DOAR apresentará:

- a) no item I: origens no valor de R\$ 4.300,00
- b) no item I: origens no valor de R\$ 3.900,00
- c) no item III: aumento no CCL no valor de R\$ 1.250,00
- d) no item II: aplicações no valor de R\$ 3.000,00
- e) no item II: aplicações no valor de R\$ 3.150,00

37- Aumentam o Capital Circulante Líquido:

- a) os aumentos do Ativo Circulante e do Passivo Circulante
- b) os aumentos do Passivo Circulante e dos Investimentos
- c) a redução do Passivo Exigível a Longo Prazo e o aumento do Ativo Realizável a Longo Prazo
- d) o aumento do Passivo Exigível a Longo Prazo e a redução do Ativo Permanente

e) o aumento do Ativo Realizável a Longo Prazo e a Contribuição para Reserva de Capital

38- O registro contábil da baixa de estoques de materiais por consumo normal, no valor de R\$ 300,00 e da baixa no valor de equipamentos por desgaste no uso, no valor de R\$ 350,00, provoca a diminuição de

- a) R\$ 650,00 no índice de liquidez corrente
- b) R\$ 650,00 no índice de liquidez geral
- c) R\$ 300,00 no índice de liquidez seca
- d) R\$ 300,00 no índice de liquidez imediata
- e) R\$ 350,00 no índice de liquidez comum

39- Ao promover a análise de balanços da Cia. Argentum, o Contador-analista apurou a "Margem de Garantia" de 2,30. Quando essa empresa comprou equipamentos a prazo por R\$ 400,00, vendeu mercadorias a prazo por R\$ 500,00, ganhando R\$ 200,00 e pagou R\$ 100,00 de despesas administrativas, esse quociente foi drasticamente alterado.

Referida alteração ocorreu com o aumento de

- a) R\$ 900,00 no numerador e de R\$ 500,00 no denominador
- b) R\$ 500,00 no numerador e de R\$ 400,00 no denominador
- c) R\$ 500,00 no numerador e de R\$ 300,00 no denominador
- d) R\$ 200,00 no numerador e de R\$ 100,00 no denominador
- e) R\$ 100,00 no numerador e de R\$ 400,00 no denominador

40- Considere os dados abaixo e assinale a opção correta.

Custo de Mercadorias Vendidas

12

Duplicatas a Receber - valor médio

5

Estoque de Mercadorias - valor médio

4

Passivo Circulante

6

Patrimônio Líquido

4

Vendas a Prazo 20

Vendas a Vista 8

- a) o prazo de rotação dos estoques é de 120 dias
- b) o quociente de rotação de estoque é 7

- c) o quociente de rotação do capital próprio é 5
- d) o prazo de rotação dos créditos é de 120 dias
- e) o quociente de rotação dos créditos é de 120 dias

### DIREITO TRIBUTÁRIO E SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

41- Marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando em seguida a opção correspondente.

- ( ) Compete à União legislar sobre o IPVA (o imposto sobre veículos automotores), reminiscência de sua antiga competência para legislar sobre a TRU (Taxa Rodoviária Única).
- ( ) Distrito Federal não tem competência para instituir e legislar sobre qualquer imposto que incida sobre a doação de jóias e pedras preciosas.
- ( ) Compete aos Estados legislar sobre o imposto sobre a doação de dinheiro.

- a) Os dois primeiros assertos são falsos e o outro não.
- b) Os três assertos são falsos.
- c) Os três assertos acima são verdadeiros.
- d) Os dois primeiros assertos são verdadeiros e o outro não.
- e) Os dois últimos assertos são verdadeiros e o primeiro não.

42- Para responder esta questão preencha corretamente as lacunas, indique a opção que, de acordo com a Constituição da República, contém o par correto de expressões.

\_\_\_\_\_<sup>①</sup>\_\_\_\_\_, os impostos terão caráter pessoal

Para, entre outros objetivos, conferir efetividade, ao objetivo de graduar os impostos segundo a capacidade econômica do contribuinte, é facultado à administração tributária, identificar o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte, \_\_\_\_\_<sup>②</sup>\_\_\_\_\_

- a) <sup>①</sup> Tendo em vista o princípio da impessoalidade, em caso algum <sup>②</sup> desde que haja determinação da autoridade administrativa, em mandado específico de investigação fiscal.

- b) ① Havendo opção pelo legislador e aplicador da lei, segundo sua livre discricção,  
② desde que, segundo expressa exigência constitucional, haja específica autorização judicial.
- c) ① Havendo expressa opção pelo legislador,  
② mas apenas se houver alteração constitucional nesse sentido, pois hoje o Estatuto Supremo o impede.
- d) ① Sempre que possível,  
② respeitados os direitos individuais e nos termos da lei.
- e) ① Desde que previsto em lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República,  
② mas a Constituição expressamente veda acesso a dados financeiros do contribuinte em poder de terceiros.

43- O Código Tributário Nacional, editado como uma lei ordinária (Lei n.º 5.172, de 1966), foi recebido pelo regime inaugurado pela Constituição de 1988 como:

- a) lei ordinária, do modo como se encontra, mas podendo ser revogado ou alterado por lei, lei delegada ou medida provisória, pois têm a mesma hierarquia
- b) lei ordinária, apesar de ter sido alterada sua ementa e denominação, que passou a ser Código Tributário Nacional
- c) lei complementar, porque foi alterado por atos complementares, nos anos de 1966 e 1967, como permitiam os Atos Institucionais então em vigor
- d) lei complementar, por ser um Código e, pelas normas constitucionais em vigor à data de sua edição, os projetos de Código tinham tramitação especial
- e) lei complementar, porque essa Constituição exigiu tal espécie de lei para dispor sobre as normas de que trata, inclusive normas gerais em matéria de legislação tributária

44- Assinale a resposta correta.

- a) Segundo a Constituição, é a todos assegurada, desde que haja o prévio pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

- b) Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.
- c) As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos mas não de contribuição de melhoria.
- d) As únicas pessoas políticas autorizadas a cobrar taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, são os Estados e os Municípios.
- e) A Constituição da República prevê que contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas, tenha por limite o custo total da obra e o valor da melhoria por ela trazida, e que tenha sido precedida de referendo popular.

Nas questões 45 e 46 marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando em seguida a opção correspondente.

- 45- ( ) Será admitido tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, desde que a distinção se dê em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida.
- ( ) Admite-se a exigência de impostos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, desde que a lei preceda 90 dias em relação à cobrança.
- ( ) É vedado o estabelecimento de limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

- a) V, V, V
- b) V, V, F
- c) F, F, V
- d) F, F, F
- e) V, F, F

- 46- ( ) Compete à União instituir impostos sobre: importação de produtos estrangeiros; exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; renda e proventos de qualquer natureza; produtos industrializados; operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; propriedade territorial rural; grandes fortunas, nos termos de lei complementar.
- ( ) O imposto sobre a doação de bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
- ( ) O IPTU (imposto predial e territorial urbano) poderá ser progressivo, nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.
- a) V, V, V  
b) V, V, F  
c) V, F, F  
d) F, F, F  
e) F, F, V
- 47- Assinale a opção que corresponda, na mesma ordem, às expressões respectivas.
- Prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
  - Tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
  - Tem por fato gerador a prestação de serviço de limpeza pública urbana.
- a) preço público, tributo, taxa  
b) tributo, imposto, taxa  
c) tributo, contribuição de melhoria, imposto municipal  
d) imposto, taxa por potencial prestação de serviços, preço público  
e) contribuição de melhoria, imposto, preço público
- 48- O estabelecimento de normas gerais em matéria de legislação tributária sobre obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários, deverá fazer-se, segundo norma contida na Constituição, mediante
- a) lei ordinária federal  
b) lei ordinária de cada ente tributante  
c) lei complementar de cada ente tributante  
d) lei complementar federal  
e) lei ordinária, medida provisória ou lei delegada federal
- 49- Marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando em seguida a opção correspondente.
- ( ) A iniciativa das leis complementares e ordinárias, que tratem de matéria tributária federal, cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição.
- ( ) São de iniciativa privativa do Presidente da República os projetos de lei tributária que concedam isenções.
- ( ) Segundo a Constituição, as medidas provisórias, ainda que tratem de matéria tributária, perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.
- a) V, V, V  
b) F, F, V  
c) V, F, F  
d) F, F, F  
e) V, F, V
- 50- Segundo o Código Tributário Nacional, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas entram em vigor, salvo disposição em contrário,
- a) no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação  
b) 30 dias após sua publicação  
c) 45 dias após sua publicação  
d) na data da sua publicação  
e) na data de sua assinatura
- 51- O Código Tributário Nacional chama de \_\_\_\_\_<sup>①</sup> quem tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador da obrigação tributária principal, e de \_\_\_\_\_<sup>②</sup> quem, sem revestir aquela condição, tenha obrigação decorrente de disposição expressa de lei. Em ambos os casos, recebe o nome de \_\_\_\_\_<sup>③</sup> da obrigação tributária principal.

- a) ①obrigado, ②contribuinte legal e ③coobrigado.
- b) ①contribuinte, ②responsável, ③sujeito passivo
- c) ① sujeito passivo, ②responsável *ex lege*, ③devedor
- d) ① sujeito passivo, ②devedor solidário, ③sub-rogado.
- e) ① sujeito passivo, ②responsável, ③contribuinte
- 52- Quando não couber a aplicação das outras regras fixadas pelo Código Tributário Nacional para a determinação do domicílio da pessoa natural, ele ordena se considere como domicílio tributário
- a) a residência habitual
- b) sendo incerta ou desconhecida a residência, o centro habitual de sua atividade comercial ou econômica
- c) o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação
- d) domicílio anterior conhecido da autoridade fiscal
- e) o lugar que tenha eleito mediante preenchimento dos formulários para esse fim postos à disposição pela autoridade
- 53- • Os créditos tributários relativos ao imposto territorial rural sub-rogam-se na pessoa do adquirente do imóvel?
- E se constar do título a prova de sua quitação, é o adquirente responsável por esses créditos tributários?
- Responde o espólio pelos tributos devidos pelo falecido até a data da abertura da sucessão?
- a) sim, sim, sim.
- b) não, não, sim
- c) sim, não, não
- d) não, não, não
- e) sim, não, sim
- 54- Ao procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível, o Código Tributário Nacional dá o nome de
- a) processo administrativo fiscal
- b) Auto de Infração
- c) lançamento
- d) Representação Fiscal
- e) Notificação de Lançamento
- 55- É (são) modalidade(s) de extinção do crédito tributário, prevista(s) no Código Tributário Nacional
- a) a transação
- b) o depósito do seu montante integral
- c) a moratória
- d) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo
- e) a concessão de medida liminar em mandado de segurança
- 56- Marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando em seguida a opção correspondente.
- ( ) O pagamento é efetuado em moeda corrente, cheque ou vale postal, e, nos casos previstos em lei, em estampilha, em papel selado, ou por processo mecânico.
- ( ) A legislação tributária pode determinar as garantias exigidas para o pagamento por cheque ou vale postal
- ( ) Se o cheque dado em pagamento não for liquidado, o pagamento do tributo não se considera feito
- a) F, F, F
- b) V, V, F
- c) V, F, F
- d) V, V, V
- e) F, F, V
- 57- • Segundo o Código Tributário Nacional, a isenção e a anistia requerem interpretação literal?
- A isenção dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído?
- Uma isenção de tributos, por dez anos, dada às indústrias que se instalarem em certo pólo de informática, aplica-se a taxas criadas no segundo ano após a concessão?
- a) sim, não, não
- b) não, não, não
- c) sim, sim, sim
- d) sim, sim, não
- e) não, não, sim

Para responder às questões 58, 59 e 60, verifique cada uma das lacunas da coluna à esquerda (letras p, q, r, s e t) e a preencha com a mais adequada das expressões encontradas na coluna da direita (números 1 a 5). Em seguida, marque na questão correspondente o par adequado (composto de letra e número).

e) q5

p) A enumeração _____ atribuídos(as) pelo Código Tributário Nacional (CTN) ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei ordinária.	1 - das garantias e os privilégios processuais
q) Segundo decorre do CTN, aplica-se retroativamente, em relação ao contribuinte (ainda que falido), a legislação que houver revestido o crédito _____ antes não exigidos(as).	2 - das rendas, de qualquer origem ou natureza,
r) Não será declarada a extinção _____, sem que o requerente faça prova da quitação de todos os tributos relativos à sua atividade mercantil.	3 - de maiores garantias ou privilégios
s) A atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos compreende a _____ que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.	4 - das garantias
t) Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e _____ do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida.	5 - das obrigações do falido

- 58- a) t5  
b) p4  
c) r1  
d) q5  
e) s2

- 59- a) p3  
b) t3  
c) r3  
d) s2  
e) q3

- 60- a) t3  
b) s1  
c) r5  
d) p5